RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre a Mensagem nº 207, de 2007 (Mensagem nº 00844, de 13.11.2007, na origem), do Senhor Presidente da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Afonso José Sena Cardoso, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.*

RELATOR: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Relator "Ad Hoc" Senador **JARBAS VASCONCELOS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Afonso José Sena Cardoso, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Angola.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52 item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Afonso José Sena Cardoso é filho de David Martins Cardoso e de Alice de Jesus Sena Cardoso, nasceu no Rio de Janeiro RJ, em 8 de abril de 1947.

É bacharel em Letras, Português-Latim, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (DF). Entrou para o Itamaraty como Oficial de Chancelaria em 1967, tendo ingressado no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1975. Após concluir o Curso Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1976. Foi promovido a Segundo Secretário, em 1979; a Primeiro Secretário, em 1984; a Conselheiro, em 1990; a Ministro de Segunda Classe, em 1997; e a Ministro de Primeira Classe, em 2006.

O Sr. Afonso José Sena Cardoso, foi um aplicado e competente Oficial de Chancelaria, tendo sido, inclusive, ex-colega deste Relator no Instituto Rio Branco. Dedicou a sua vida integralmente ao Ministério das Relações Exteriores, podendo se afirmar, sem qualquer dúvida, que tem a cara deste inestimável órgão, que é um centro de excelência em serviços públicos prestados ao país.

Defendeu a tese "O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas", no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1994, publicada, em 1998, pela Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto Rio Branco e Centro de Estudos Estratégicos.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base, 1996; Coordenador-Geral da Coordenadoria-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais, 2004; e Diretor do Departamento de Integração, 2007.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Embaixada em Washington, 1980; na Embaixada em Montevidéu, 1983; na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 1991; na Embaixada em Santiago, 1994; na Missão junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), 1999.

Foi professor de Prática Consular no Instituto Rio Branco, em 1988.

Consta, ademais, do processado, informação anexada pelo Itamaraty, sobre a República de Angola.

Do documento cabe destacar, no que tange ao relacionamento político-diplomático do Brasil com aquele país, que o diálogo bilateral

beneficiou-se do fato de que o Governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, o que, segundo registra, ainda é fonte de grande prestígio para a diplomacia brasileira junto às autoridades angolanas.

Há intensa troca de delegações governamentais para contatos nas mais diversas áreas da administração e boa coordenação nos foros multilaterais entre as posições brasileiras e angolanas.

O Itamaraty informa, ainda, que o Brasil foi um dos primeiros países com o qual Angola equacionou o pagamento de sua dívida externa. Angola amortizava em petróleo o débito com o Brasil e recebia parte do pagamento da venda da commodity sob forma de novos créditos para a importação de bens e serviços brasileiros.

Esse mecanismo foi substituído pela liquidação dos débitos por meio de operação financeira garantida em petróleo, o que tornou possível a construção da Hidrelétrica de Capanda, o mais importante projeto de infra-estrutura do país. Em 18 de outubro último, nova linha de crédito, da ordem de US$ 1 bilhão foi anunciada durante visita do Presidente Lula a Angola.

Outro interessante aspecto da cooperação brasileira com Angola é a consultoria prestada por brasileiros com vistas à implantação do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e à montagem do sistema de telecomunicações angolano.

No que tange às relações culturais, é importante lembrar a Casa da Cultura do Brasil em Luanda, que abriga programas de interesse cultural e social, e, no que concerne à cooperação técnica, a instalação, em 1998, do Centro de Formação Profissional do Cazenga, com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Cabe assinalar, ainda, que duzentos estudantes angolanos foram beneficiados, ao longo dessa década, com bolsas para graduação ou pós-graduação no Brasil.

No que diz respeito ao comércio bilateral, o documento encaminhado pelo Itamaraty informa que Angola é o terceiro maior fornecedor do Brasil no continente africano e o quarto maior importador de nossos produtos.

A corrente de comércio entre Brasil e Angola aumentou 150% entre 2005 e 2006, passando de US$ 520 milhões para US$ 1,3 bilhão. As vendas brasileiras para Angola cresceram, no ano passado, 60,7% em relação ao ano de 2005. No corrente ano o fluxo total do comércio bilateral já ultrapassou o montante de US$ 1 bilhão, com exportações brasileiras concentradas em veículos e máquinas, e as de Angola baseadas em petróleo.

Os principais produtos de nossa pauta exportadora para Angola são açúcar, gasolina, tubos de aço e tratores.

No que diz respeito a investimentos, é nos setores de construção civil e de saneamento básico que estão concentradas empresas brasileiras como as Construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mello Júnior e Queiroz Galvão.

A Petrobras atua na exploração e produção de petróleo em território angolano desde 1979. A Odebrecht e a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola elaboraram projeto conjunto de produção de açúcar e etanol em Angola, com investimento de cerca de US$ 200 milhões.

É interessante registrar que a “Sociedade Petrolífera Privada Angolana” venceu, em 2007, concurso internacional para participar na pesquisa, no desenvolvimento e na produção de petróleo e gás de bloco na Bacia do Recôncavo, na Bahia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2007.

, Presidente

, Relator